



Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 156ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o número 1019/79, do Sr. Marino Bueno Brandão Braga, Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando providências para que seja dada nova redação aos artigos 241, 250, 254, 256 e 258, do anteprojeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias, ora em tramitação nesta Casa, de sorte a serem excluídos Ofícios de Justiça que, por evidente erro material, constatarem dele, tudo conforme exposição constante do Ofício número 109, hoje datado, da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, de Regimento Interno e de Procedimento, do Tribunal de Justiça.

Ao elaborar o referido anteprojeto, dele constatarem os 2º Tabelionato de Notas de Araucária, 2º Tabelionato de Notas de Guaíra, 2º Tabelionato de Notas de Laranjeiras do Sul, 2º Ofício de Protestos de Títulos de Maringá e 2º Ofício de Registro de Imóveis de Paranavaí, ainda não criados, eis que não abrangidos pela Lei Estadual nº 6767, de 30 de dezembro de 1975 e, portanto, não podendo figurar no novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, que só cuidou de proceder uma adaptação aos princípios da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e à própria Constituição Federal. — Ao conhecimento dos Srs. Deputados.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS DEQUECH, benquisto e honrado procopense.

O extinto deixa a saudade à sua numerosa família e a inúmeros amigos que granjeou durante sua existência, mercê de seu grande cavalheirismo e bondade.

Requer ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à estimada família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MIRON MULLER, ocorrido na cidade de Corbélia, dia 07 do corrente, deixando viúva a Sra. Terezinha Lira Müller e os seguintes filhos: Lourdes Doralci Müller Fernandes, casada com o Sr. Luciano Fernandes; Celarina Juraci Müller Dambroski, casada com o Sr. Arenito Dambroski, Lúcia Mercedes Müller Gouveia, casada com o Sr. Júlio César Gouveia, Nadiri Maria Müller, Orli Martins Müller e Marli de Fátima Müller, solteiros. Deixou ainda, 4 netos.

O extinto exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Corbélia, sendo que atualmente exercia a função de Oficial do Cartório do Registro Civil, Títulos e Documentos do Município de Corbélia, onde era benquisto.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 10 de dezembro do corrente ano, no lugar denominado Tietê, no Município de Araucária, do Sr. GREGÓRIO CZESANOSKI. Tal passamento vem consternar a sociedade tietense, tendo em vista a projeção que desfrutava o extinto, quer como cidadão, quer como exemplar chefe de família.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa da viúva, Sra. Zenaide Vzesanoski Schertz, Tietê, Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelos falecimentos ocorridos no Município de Mariópolis, dos Srs. JOÃO DE OLIVEIRA PIRES e AMADOR RODRIGUES.

Os Srs. João de Oliveira Pires e Amador Rodrigues, filhos de tradicionais famílias daquele município, exerciam funções policiais de Sub-Delegado e Inspetor, respectivamente, e no dia 24 de novembro próximo passado, foram covardemente

assassinados quando desempenhavam suas funções policiais.

Requer, outrossim, que se dê ciência do presente às famílias enlutadas, nas pessoas das viúvas Sras. Alzira Rodrigues Pires e Malvina Rodrigues, residentes em Mariópolis.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Há 70 anos, desde a sua criação em 23 de setembro de 1909, a antiga Escola Técnica Federal do Paraná, atual Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, vem se constituindo na principal fonte de formação de recursos humanos necessários ao crescimento e ao desenvolvimento do complexo industrial do Estado. Paralelamente, graças à alta qualidade dos seus recursos materiais e humanos, é a alavanca propulsora do ensino profissionalizante no Paraná, promovendo a formação necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

A educação oferecida não é apenas a tecnológica, mas uma educação voltada para a cultura e arte, abrindo oportunidades, instruindo para uma visão mais clara e sadia do mundo. E para isso, foi necessário dotar a instituição de ambientes apropriados para a realização de planos e projetos educacionais. Hoje, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, conta com uma área física de 22.900 m², sendo 29.000 m² de área edificada. São dezenas de salas de aula, biblioteca, teatro, piscina, laboratórios, oficinas, cancha de esporte, ginásio e ambulatórios médico e dentário.

O Centro mantém atualmente, seis habilitações profissionais a nível técnico e auxiliar técnico: Eletrônica, Edificações, Decoração, Mecânica e Telecomunicações. No campo de Engenharia e licenciatura plena e curta para professores de ensino técnico de 2.º grau é objetivo a ser alcançado brevemente.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, preocupa-se também com o encaminhamento profissional dos seus alunos. E para isso, mantém o Serviço de Integração Escola-Empresa, fornecendo subsídios para que a formação se processe ajustada à situação do mercado de trabalho e aos padrões e características do complexo ocupacional. Como resultado desse trabalho, existe atualmente, uma oferta de 2.000 empregos anuais.

Ainda, através do elo escola-empresa, dezenas de cursos são realizados em convênio, destinados à formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada.

Atualmente, o Centro tem 5.200 alunos no 2.º grau, 1.000 alunos no setor de Engenharia e cerca de 600 professores e funcionários. Apesar do sentido profissionalizante, o Centro Federal procura transformar-se num elemento formador do homem e não como mero preparador profissional. E dentro dessa orientação, oferece uma sistemática de ensino cada vez mais aprimorada e recursos técnicos mais sofisticados, procurando formar técnicos eficientes e especializados que sejam ao mesmo tempo e através do uso, responsável pela sua liberdade, agentes eficazes de promoção de sua comunidade e elementos capazes de se adaptar às exigências do trabalho no mundo moderno. Justo destacar a feliz gestão do Professor Ivo Mezzadri, que, como diretor de tão modelar instituição de ensino, modernizou com ampla eficiência a milhares de jovens que optam pela formação técnica, tão necessária para atender ao leque de oportunidades profissionais. Nesta importante tarefa, também são merecedores das homenagens desta Casa, mestres e funcionários do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Assim, nos termos do Regimento Interno, REQUEIRO seja consignado voto de congratulações à Direção, Professores Alunos e Funcionários da antiga Escola Técnica Federal do Paraná, pela passagem do 70.º aniversário de fundação de tão benemérita instituição de ensino.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1979.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Divisão de Estudos e Planejamento Jurídico do Ministério da Justiça, solicitando providências, objetivando a instalação da JUNTA DO TRABALHO no Município de Nova Londrina, na região noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, o Diretor da Divisão de Estudos e Planejamento Jurídico do Ministério da Justiça, esteve no Paraná para verificar a disponibilidade, situação e necessidade dos municípios, visando encontrar soluções para agilizar a instalação de novas Juntas do Trabalho em nosso Estado.

Por outro lado, estudos realizados pelo Tribunal Regional do Trabalho, dão conta da necessidade de criação de mais 20 Juntas.

É oportuno destacar, portanto, o inegável e célere aumento populacional que vem se registrando em Nova Londrina, principalmente em virtude da construção da Usina Hidrelétrica no Rio Paranapanema, na divisa daquele município com o Estado de São Paulo. A obra atrai e absorve elevado contingente de mão-de-obra, sobeja justificativa desta proposição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga, e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. Jucundino da Silva Furtado, no sentido de que seja instalada uma agência do Banco do Estado do Paraná no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora, face ao enorme desenvolvimento agrícola por que passa aquele distrito, e a grande distância que seus moradores têm que percorrer para efetuarem suas operações bancárias.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, Sr. Luiz Roberto Soares, para construção de módulos esportivos no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se à necessidade premente da juventude daquele município, em desenvolver atividades esportivas, sendo que o Município de Dois Vizinhos conta atualmente com uma população superior a 70 mil habitantes, dos quais sessenta por cento atravessando faixa etária, na qual a prática desportiva é fundamental. Sabedor que esta Secretaria tem implantado os módulos esportivos em grande número de municípios deste Estado, como o município ora citado encontra-se dentre os mais desenvolvidos e progressistas, sendo um dos produtores de gado e aves, proporcionando ao nosso Estado, motivo de orgulho, justo que seja atendida tal reivindicação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a

leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso Plenário, dos Srs. Deputados Federais Sebastião Rodrigues e Norton Macedo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável, profundamente lamentável, mas hoje ocupo a tribuna para me utilizar de alguns aspectos relacionados à minha atividade profissional, como jornalista do setor policial cobrindo os acontecimentos da faixa de Segurança, em todo o Estado do Paraná; e digo ser lamentável a minha passagem por esta tribuna, porque me vejo na contingência e na obrigação de chamar a nossa Polícia, face à atitude de alguns de seus membros, de, Polícia desavergonhada, de irresponsável.

Vivemos nesta época do ano, talvez, o período mais difícil na Segurança Pública, quando os índices de roubos aumentam e aumentam de forma extraordinária. Em todos os anos anteriores observamos, nesta época, tomadas de providências, tomadas de posição por parte da Secretaria de Segurança montando esquemas especiais. Neste ano, até o momento, até agora absolutamente nada foi feito, e os índices de criminalidade aumentam, e aumentam de forma assustadora: Residências, sendo invadidas, assaltos acontecendo, hotéis, hospitais, repartições públicas, comércio, tendo suas casas invadidas. E nada de policiamento, absolutamente nada, repito. O que se verifica, isto sim, é uma série de atitudes degradantes, irresponsáveis, inconseqüentes, por parte de nossa Polícia, e, uma transferência de responsabilidades:

— Não, o caso não é de nossa Delegacia, é de "tal" Delegacia.

— O caso não é da Polícia Civil, é da Polícia Militar. Um chamado jogo de empurra, vergonhoso.

Observem bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Recentemente houve uma fuga e, nesta fuga estava presente Gentil Pereira da Silva, um marginal altamente perigoso, condenado por crimes de assalto, de furto, a 7 anos de reclusão. Numa destas últimas madrugadas, ele, tranqüilamente com sua companheira, estava na Praça Tiradentes, numa lanchonete; ele foi observado por policiais da Delegacia de Furtos e Roubos, que lhe deram voz de prisão; ele foi detido, recolhido numa viatura da Polícia Militar; e, conseguiu fugir do interior desta viatura; em seguida, os policiais o balearam; nestas condições — ferido — ele foi recolhido ao Pronto Socorro Municipal do Hospital Cajuru, onde estava até estas últimas horas; estava, porque lá não está mais, uma vez que empreendeu fuga daquela casa hospitalar, porque, ninguém ficou a vigiá-lo.

Então o jogo de empurra:

— Não, quem deveria ficar lá era alguém da Polícia Civil.

— Quem deveria ficar lá era alguém da Polícia Militar.

O fato é que, não ficou nem Militar, nem Civil, e ele fugiu de lá; É assaltante perigoso, que está novamente em liberdade. Qual a segurança que deram para que ele permanecesse no Hospital? Ficou algemado, com a mão presa à cama; a sua companheira foi lá, entregou-lhe uma serrinha, e ele já está fora. Agora, o jogo de empurra.

Esta, uma denúncia.

Outra denúncia:

Discoteque DEB'S, no Boqueirão. Foi invadida numa destas madrugadas por uma equipe da Polícia Militar comandada por um oficial, e quatro pessoas foram agredidas, feridas; uma, um Oficial da Marinha Mercante, teve um fio de costela, fraturado; uma outra mulher, em adiantado estado de gravidez, também foi atingida; dois rapazes, também feridos e machucados; e, o mais grave — estas pessoas afirmam e reafirmam que foram roubadas pelos policiais militares. E a Polícia Militar informa que, a detenção aconteceu por engano, porque imaginavam

que aquelas pessoas eram assaltantes. Agora se fazem prisões aqui por imaginação. Uma barbaridade.

Ontem à tarde, Delegacia de Homicídios, dois rapazes detidos por envolvimento numa tentativa de homicídio no centro de Curitiba. E um deles, em alta e boa voz para que todos ouvissem, policiais, repórteres e quem estava à sua frente, que ele dera 600 cruzeiros porque fora achado por componentes de uma equipe de Rádio Patrulha.

E iríamos muito longe aqui para tecermos considerações a respeito da atuação de nossa Polícia, Polícia que até agora não descobriu o paradeiro daqueles que assaltaram o jornalista Marcos Batista. E a reportagem do Canal 12 esteve hoje na Delegacia de Furtos e Roubos e o Delegado Titular, João Silveira, homem dedicado, disse que não tem condições de realizar investigações porque não possui material humano, não possui viaturas.

Então a Delegacia de Furtos e Roubos que registra hoje uma média superior a 30 queixas não tem condições de trabalhar. Não adianta mudar Delegado se não dá ao Delegado condições, se não dá ao Delegado material humano. A Delegacia de Furtos e Roubos talvez a peça mais importante nos tempos atuais de nossa Polícia, não tem meios de trabalho, enquanto isto, outras Delegacias de Polícia têm policiais o dia todo tomando cafezinho, lendo jornal, sem nada fazer.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Inicialmente nós queremos apoiar aqui as palavras do Deputado José Domingos, e dizer ao nobre Deputado aonde se encontra a Polícia do Paraná, neste momento. Mais de trinta soldados armados estão em Guaraniaçu, expulsando legitimamente de suas terras famílias de colonos naquele município. É isso o que a Polícia faz. De plantão, desde manhã cedo, numa ação criminosa contra colonos de Guaraniaçu.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. A "Gazeta do Povo" de hoje traz um editorial e que eu faço questão de ler, devido a importância tão grande do assunto e um assunto também deveras esquecido no Estado do Paraná.

O título do editorial é: (Lê)

A ELETRIFICAÇÃO RURAL QUE OS POBRES NÃO TÊM

Somos um Paraná crucificado pelos paradoxos incompreensíveis de uma política administrativa que não atende aos que mais trabalham, mais produzem e que menos participam do "banquete da vida".

Observe-se essa história, cansativamente repetida, da eletrificação rural. Enquanto o Brasil se esforça para economizar energia carburante, com um preço do petróleo que sobe aos ares com a facilidade de um balão que se soltou das mãos de uma criança, realizamos um excepcionalmente grande programa de construção de usinas aproveitando-se recursos hídricos que, afinal, não chegam em benefício dos lavradores. Desses lavradores que, no Paraná, respondem por 28% da produção de cereais do Brasil e nada menos do que 30% dos cereais exportados, que significam divisas para atender ao anemiado orçamento cambial da República, onde só de juros de uma dívida externa de 50 bilhões de dólares gastamos quase tanto quanto necessário para importar um petróleo que enriquece, cada hora mais ainda, os "sheiks" das Arábias...

A verdade é que nosso Estado tem 460 a 470 mil propriedades agrícolas, onde vivem 60% dos paranaenses. Ora, menos de 10% desse total ou, mais precisamente, 40 mil são propriedades que têm eletricidade. É fácil concluir que se tratam de áreas de pessoas que têm mais posse, o que permite dizer, com segurança, que o grosso dos sítios, fazendolas e pequenas propriedades agrícolas, onde mora um lavrador que tem

uma renda "per capita" menor do que a média de rendimento do brasileiro comum, não usufrui desse mínimo de conforto. Resta-lhe, apenas, o amaríssimo consolo de ter que trabalhar, produzir agricolamente para que se possa combater a inflação, atender aos problemas dos níveis de preços no mercado de consumo das cidades, dar rendimentos, em dólares, para os cofres públicos.

Eugênio Stefanello, diretor-geral da Secretaria da Agricultura do Paraná, sobre o I Seminário Estadual de Eletrificação Rural Cooperativada, é o primeiro a afirmar que "temos que bater no peito e reconhecer que não tem sido dada ênfase à eletrificação rural". O tema é tão mais gritantemente oportuno, quando se observa a idéia fixa dos tecnocratas responsáveis pelo setor energético brasileiro em não fazer a menor concessão possível no sentido de fornecimento de óleo diesel para as máquinas agrícolas. Teremos, às duras penas, que buscar soluções de adaptação, inclusive queimando lenha em gasogênio, para que continuemos produzindo e alimentando a Nação.

O quadro é tanto mais paradoxal, quando se sabe que somente o Rio Iguaçu, o mais autenticamente paranaense de todos os nossos cursos d'água, é responsável por mais de 20 por cento do potencial de geração energética no país. E aproveitando essa circunstância, estamos, gradativamente, construindo, ao longo do Iguaçu, um "verdadeiro colar de usinas", como costumava afirmar o sempre lembrado prof. Parigot de Souza. Criamos uma empresa de economia mista — e, neste passo, é preciso insistir bastante na filosofia que motivou a constituição dessas empresas, que não devem perseguir o lucro, mas necessitam atender aos problemas sócio-econômicos existentes no contexto onde se inserem — que está realizando, nas bases do pensamento daquele saudoso presidente da COPEL, um excepcional trabalho de alto nível técnico, aumentando o número de quilowatts gerados no Estado. Ouvimos, aliás e por inúmeras vezes, vários altos funcionários dessa Companhia afirmarem que temos que ampliar a capacidade de mercado de consumo energético, no Paraná, considerando-se as perspectivas resultantes dos trabalhos em execução e em planejamento no sentido de termos mais e grandes usinas. Se atentarmos que o ritmo de crescimento industrial paranaense, apesar de todos os esforços de atração de novas empresas e ampliação das atuais, não responderá à tendência do aumento de quilowatts gerados hidricamente, então, é fácil a afirmativa — além da justa e correta — de que precisamos fazer a eletrificação rural. É no campo que se deve alargar o passo da expansão do consumo dessa forma energética, ainda e cada vez mais barata, considerando-se o vertiginoso crescimento do custo dos derivados do petróleo.

Se concordamos com essa ordem de idéias, tão lógicas quanto racionais economicamente falando, por que razão — pergunta-se — que somente menos de 10 por cento das propriedades agrícolas, no Paraná, têm eletricidade?

O presidente da "Ocepar", sr. Benjamim Hammerschmidt, durante esse necessário e oportuno "I Seminário", entende que a COPEL só realiza investimentos onde há concentração de usuários, tendo em linha de conta que o custo de instalação da rede e outros pormenores técnicos pode baixar a um nível nacional, estimular o plano de expansão da eletrificação no campo. Ao lado dessa ponderada colocação, fazemos outra, no sentido de que o Governo do Paraná debruce-se no melhor das atenções de seus técnicos, no sentido de estruturar um "pacote" de providências que celerize a possibilidade de aumentar o número de propriedades agrícolas com energia elétrica resultante de aproveitamento de recursos hídricos que, felizmente, possuímos em tanta abundância no território estadual. Na medida em que — e sempre continuaremos na tese — o agricultor tiver mais (e, portanto, temerá mais em perder o que tem), ele produzirá melhor, elevará, social e educacionalmente seu nível e, conseqüentemente, contribuirá para mais economia num tempo tão difícil de obtermos energia carburante. O destino

da eletrificação rural, em nível mais ampliado, deve ser muito mais um programa de governo, sem objetivos de lucro, sabendo-se que é um preito de justiça a quem produz tanto, tendo tão pouco para si, no "banquete da vida".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH. Senhor Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 17 de novembro, o Diretório Municipal do MDB de Toledo, realizou o encontro de âmbito regional, em que foram discutidos diversos assuntos comparecendo todas as lideranças, grande parte dos vereadores e inúmeros populares, ocasião em que concomitantemente foi realizado o 1.º Encontro de Estudos da Realidade Brasileira Enerbrás com o objetivo de aprofundar a questão social, política e cultural da problemática brasileira.

Ao final daquele encontro, uma nota oficial, aprovada por unanimidade, levando o título "Declaração de Toledo", condenou o modelo econômico, político e social vigente, além de se posicionar de maneira expressiva contra a reformulação partidária, bem como, conclamando a todos, para que permanecessem nas hostes oposicionistas, no neo-MDB no sucedâneo que então se cogitava.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste final de semana, no último sábado, na continuidade destes Encontros, tivemos mais um Conclave, desta vez na capital da região oeste, na cidade de Cascavel e neste instante, por uma deferência especial dos que compareceram àquele Encontro e também, por um acatamento do ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, estamos trazendo a esta Casa, aos nossos companheiros e Anais da Assembléia, a Carta de Cascavel: (Lê)

"Os Diretórios do MDB, sediados em Cascavel, Toledo, Corbélia, Medianeira, Santa Helena, Foz do Iguaçu, Capitão Leônidas Marques, Palotina, Terra Roxa, Nova Aurora e São Miguel do Iguaçu, reunidos na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, com a presença dos Deputados Federais Hélio Duque e Paulo Marques, dos Deputados Estaduais Fidelcino Tolentino, Nilton Friedrich e Gernote Kirinus, do Suplente de Senador Ayrton Pompeu Reis e do Prefeito Laudelino Turra, de Corbélia, de suplentes de Deputados, Vereadores e lideranças políticas da Região Oeste do Paraná,

CONSIDERANDO QUE:

1. a reformulação partidária, imposta pelo Governo ao País, tem por objetivo dividir as Oposições para perpetuar-se no Poder, mesmo diante do fracasso de sua política econômica que vem gerando situações sociais insustentáveis para o povo;
2. esse arremedo de Reformulação Partidária é mais um casuísmo, fruto do laboratório de maquinações que vêm permitindo ao Sistema a sua continuidade no Poder, com a crescente marginalização do povo, negando-lhe os mais elementares direitos exigidos pela dignidade da pessoa humana;
3. esse divórcio existente entre o Estado e a Nação poderá gerar convulsões sociais incontroláveis com a desagregação psicosocial da nacionalidade;
4. apesar do estado de instabilidade e insegurança em que está mergulhando o País, o regime vem manipulando uma falsa imagem da realidade nacional, no sentido de mais uma vez enganar a opinião pública;
5. os fatos recentemente ocorridos em diversos Estados e recantos do território nacional, a exemplo dos incidentes de Florianópolis, demonstram que o desespero atingiu seu ponto culminante;
6. o MDB ainda não alcançou sua meta final que é a Democracia com desenvolvimento e Justiça Social;
7. o programa do MDB estabelece a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, com a conseqüente consolidação do pluripartidarismo e a realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, inclusive na chamada "área de segu-

rança nacional”;

8. O inimigo comum das Oposições não se encontra nas agremiações PMDB, PTB e PT, mas no Planalto, onde tudo se centralizou com total aniquilamento do Poder Legislativo e do Poder Judiciário:

RESOLVE:

I — Conclamar os brasileiros residentes na Região Oeste, e para permanecerem unidos em torno do PMDB; Partido, através do qual o MDB alcançará sua meta derradeira: a redemocratização do País e a implantação do Estado de Direito, que assegure ao povo brasileiro Liberdade, Democracia e Desenvolvimento com Justiça Social;

II — Aprovar, por unanimidade, Voto de Solidariedade ao bravo povo catarinense, dignamente representando por seus trabalhadores, estudantes, intelectuais e lideranças populares, por entender que os incidentes de Florianópolis traduzem a angústia e o desejo de Justiça de todo o povo brasileiro.

CASCADEL, Dia da Justiça, em 8 de dezembro de 1979.”

—(Sem revisão do orador)

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta a carta que foi profundamente discutida das 10 da manhã, às 3 da tarde, onde todos os participantes puderam livremente se manifestar, dar sua opinião e assumir o seu compromisso, e a demonstração de que nós não estamos entrando na região Oeste do Paraná, no “Canto da Sereia” da reforma partidária, dos “Petrônio Portellas” da vida, preocupados, isto sim, em querer criar slogans e taxar a organização das Oposições, deste ou daquele extremismo, com o objetivo de desintegrar e dividir esta força de resistência libertária que são os oposicionistas deste País.

E concluo, Sr. Presidente, já no próximo dia 22 todas as Lideranças — Vereadores e a população do Oeste do Paraná, estão sendo convocados para mais um encontro, desta feita na cidade de Foz do Iguaçu, onde, por certo, estaremos concluindo mais uma etapa dessas reuniões que se iniciaram em Toledo, no dia 17 de Novembro, que continuam no “Dia da Justiça”, dia 8 de Dezembro, em Cascavel, e que dia 22 estaremos agrupados e reunidos em Foz do Iguaçu.

É a voz do Oeste do Paraná, falando por si, mas alertando as Lideranças da Oposição, e, principalmente, também, dando um recado ao Governo, de que nós estamos com o PMDB, com a Oposição organizada, independente das vinculações ideológicas, porque, mais do que nunca, a ditadura permanece em pé, o gigantesco aparato policial permanece intacto, e nós precisamos lutar e continuar na busca da democracia e da Justiça Social.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Edilson Alencar. Antes, porém, a Mesa registra a presença, em nosso Plenário, do Presidente da Câmara de Marumbi, Dr. João Batista de Carvalho, bem como dos Srs. Vereadores de Bonsucesso, Sebastião Rezende, Antonio Hernandez, Francisco Bento de Araujo e Mitsuo Okano.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar. O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “ Todos reconhecem a inegável vocação agrícola do Estado do Paraná. Tornou-se ele, sem favor, no decurso do tempo, o grande celeiro do Brasil.

As estimativas para a safra de 1979/1980 são um indicador dessa realidade. Senão, vejamos:— algodão — 85 mil toneladas —; arroz — 850 mil toneladas; batata — 850 mil toneladas; café em côco — 796.800 toneladas; cana-de-açúcar — 4 milhões e 125 mil toneladas; feijão — 810 mil toneladas; milho — 5 milhões e 500 mil toneladas; soja — 5 milhões e 200 mil toneladas; trigo — 2 milhões de toneladas. Produzimos ainda, o rami, a hortelã, a mamona, a mandioca, frutas, legumes e hortaliças. Estamos marchando rapidamente, por exemplo, para a

auto-suficiência do mercado interno, pelo cultivo da maçã, produto cuja importação da Argentina e dos Estados Unidos constitui, para nós, uma sangria anual de, no mínimo, cem milhões de dólares. Vamos começar a produzir maçã em tal volume que ficará abastecido não só o nosso mercado de consumo, como também poderemos exportá-la, passando a ser outra fonte de geração de divisas.

A safra agrícola de 1979/1980, está avaliada em mais de 114 bilhões de cruzeiros, para os dez principais produtos que entregaremos à comercialização.

Desenvolveu-se, paralelamente, após a crise de 1973, o setor pecuário paranaense. O gado bovino e o suíno sofreram notável impulso, o que exigiu formação de novas pastagens e ampliação das áreas de cultivo do milho. A avicultura está indo num crescendo bastante promissor, e traz já, resultados econômicos animadores.

Temos a observar ainda outros indicadores, assás impressionantes.

Dá-se como sendo de 20 milhões de hectares o território do Estado do Paraná.

Verificamos que, desses 20 milhões de hectares, nada menos de 14 milhões e 200 mil estão ocupados por lavouras provisórias, por lavouras permanentes e por pastagens.

Há possibilidade, além disso, de ampliação da fronteira agrícola em mais de um milhão de hectares.

Alcançando o novo estágio, constataremos que nada menos de quatro quintos do território paranaense estarão ocupados pelas atividades agropecuárias.

Ninguém ignora que o Estado do Paraná se transformou, desde os fins do século passado, na Terra da Promissão.

Parte integrante da Capitania de São Paulo, acolheu a gente lusa, ao tempo do Brasil Colônia. Preocupada, inicialmente, com a descoberta de minas de ouro e prata e com a preia de índios, e, mais tarde, reconhecendo no castelhano o inimigo ávido por terras, fixou-se ela nos campos e no sertão de Serra acima, para que os núcleos populacionais, surgidos exercessem o papel de postos avançados na defesa da integridade do solo brasileiro.

A gente nascida nestas plagas se tomou de intenso amor à terra, e não quis mais a dominação paulista. Daí, o movimento de emancipação que, após 42 anos, resultou na criação da Província do Paraná.

Os tropeiros paranaenses, dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais, passaram a freqüentar a campanha, no sul, para arrebanharem o “gado de vento”, — gado sem dono, e sem querência — e trazê-lo, para povoamento das fazendas e das invernadas.

Haviam, ainda assim, imensidões desertas de solo ubérrimo. E esse fato despertou o interesse dos colonos alemães, vindos primeiramente, para a Província de Santa Catarina. Começaram eles a entrar no que viria a ser o atual Estado do Paraná, através do Rio Negro, por volta de 1829. Dentro em pouco as famílias alemãs se espalharam, até alcançarem Curitiba, reforçada a corrente imigratória pelo afluxo de consecutivas lévas de colonos, vindos diretamente da Alemanha.

Os poloneses chegaram depois. Assolada constantemente pelas invasões teutas e russas, a sua pátria não oferecia condições mínimas de segurança, não só para o trabalho, mas também para a própria vida. Houve então, o êxodo para o Brasil, e, no Brasil para o Paraná.

Situaram-se os primeiros núcleos coloniais nos arredores de Ponta Grossa, e transbordaram para o Sul e para o Oeste com Irati, Marechal Mallet, Antonio Olinto, São Mateus do Sul, União da Vitória, Prudentópolis.

Nos princípios deste século, assistimos à chegada dos colonos italianos. Desembarcados em Santos, confinados nas fazendas de café no interior de São Paulo, vieram para cá, ao término dos seus contratos. Podemos dizer que não há um tre-

cho sequear do território paranaense onde não haja, agora, italianos ou seus descendentes.

Os sírios e os libaneses se mesclaram, com surpreendente rapidez, com a população brasileira. Palmilharam campos, vadearam rios e furaram as matas, como humildes mascates e como mensageiros da civilização. Montaram, aos poucos, na Capital e em todos os aglomerados humanos, a estrutura sólida do comércio. E se voltaram igualmente para a atividade fabril.

Talvez porque o comércio seja o micróbio que mora no sangue do semita, o judeu acompanhou o primo árabe em todas as etapas de progresso, — mascate, prestamista, comerciante e industrial —.

Quando o Paraná preencheu o vazio no mapa do Sul do Brasil, afluíram para cá imigrantes de todas as outras nacionalidades, — gregos, espanhóis, turcos, belgas, franceses, ucranianos, russos, austríacos, holandeses. Em menor escala os norte-americanos e os latino-americanos, com o mesmo problema de povoamento de solo, e, portanto, sem necessidade de emigrarem.

O negro substituiu o índio em todas as atividades, no campo e na cidade; pau para toda obra, submisso e cordial, tornou-se mais um componente na miscigenação racial operada.

O japonês é fenômeno, entre nós, de pouco mais de 50 anos. Seduzido pela aventura na floresta tropical, depois de vir de um país estrangulado pela exigüidade territorial, e sujeito a periódicos terremotos, inebriu-se com as imensidões despoçadas. Entrou no Paraná pela travessia do Paranapanema, começou a formar, com a paciência e com a perseverança que lhes são características, o colar de patrimônios, de vilas, de cidades, que representam hoje, todo o poderio social, econômico, cultural e político do setentrão paranaense.

O ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, afirmara certa vez, com muita propriedade, que o Paraná é um mosaico de raças. Prova-o, porque todas as correntes imigratórias estão aqui se fundindo com brasileiros, vindos também de todos os quadrantes. Estamos vendo os primeiros resultados desse cruzamento, — um povo vibrante, operoso e sadio —.

As migrações internas, e o fluxo imigratório desde o exterior, contribuíram para a ascensão dos índices populacionais do Paraná. Os dados estatísticos revelam que possuímos, agora, cerca de 9 milhões e 600 mil habitantes. É muito provável que recenseamento, programado para 1980, demonstre novo aumento da nossa população, pois rareiam, a olhos vistos, as glebas sem povoamento.

De que vivem esses quase dez milhões de habitantes?

Os elementos que temos em mãos atestam que, dos 9 milhões e 600 mil habitantes, nada menos de 5 milhões e 800 mil se dedicam ao cultivo da terra, e perfazem cerca de 61% da população total.

Os quatro quintos de área ocupada do território e a aplicação na terra de 61% da população, comprovam que o Paraná é, efetivamente, um Estado essencialmente agrícola.

Gera quase trinta por cento das divisas no comércio exportador brasileiro. A sua contribuição, pois, é muito importante na satisfação dos compromissos financeiros do país com o exterior. Sabemos que para 1980, o Brasil terá de enfrentar os seguintes compromissos: de 12 a 14 bilhões de dólares em petróleo; de 14 a 15 bilhões de dólares em juros e amortização da dívida externa, que ascende a 52 bilhões; de 12 a 13 bilhões de dólares em importações.

A contribuição em divisas poderá crescer, se crescer a produtividade da nossa agricultura e da nossa pecuária. Quanto mais pudermos produzir, tanto mais poderemos vender. A explosão demográfica no mundo exige mais alimentos, tal qual a indústria nos países super-desenvolvidos, está a exigir sempre mais matérias-primas, e essas matérias-primas são representadas, em sua maior parte, pelos produtos primários, vindos do campo.

A tecnologia é o instrumento para o aumento da produ-

tividade e do aprimoramento das culturas. Manifesta-se através de um longo processo, que abrange desde a preparação do solo e da seleção de sementes, até os cuidados nas diversas etapas do desenvolvimento da lavoura, pelo combate às pragas e às doenças, e pelo trato dispensado, a colheita mecanizada, o armazenamento e a proteção da produção nos silos e armazéns.

Existe hoje, séria preocupação em cuidar da terra, de sorte a que a erosão não cavoque as temíveis voçorocas, como existe, hoje, o que se apelidou de agricultura ecológica. A agricultura ecológica é aquela que não ofende o meio-ambiente, pela agressão através de exagerada adubação química e pelo uso indiscriminado de defensivos, do que resulta a contaminação do solo, do ar e da água, com risco de vida para o mundo animal e vegetal.

A tecnologia invade todos esses setores, como se volta igualmente para os problemas da pecuária, desde a seleção de reprodutores até a inseminação artificial, desde o cruzamento de raças — para produção de mais leite e de mais carne —, até a industrialização da carne e do leite e seus derivados.

Temos de considerar que, na guerra sem quartel da concorrência internacional, estamos sujeitos a atos de sabotagem por parte dos competidores.

Citaremos dois casos específicos de sabotagem vinda de fora do país:

— A Baixada Fluminense concentra inúmeras granjas, com a avicultura em pleno e rendoso desenvolvimento.

Organizações norte-americanas desejavam substituir esse considerável rebanho de aves, mas ninguém haveria de sacrificar o que já possuía, para realizar novos investimentos em pinto-de-um-dia, de duvidosa aclimação em faixa tropical. A resistência dos avicultores trouxe-lhes lamentáveis consequências.

Irrompeu, de repente, nos viveiros da Baixa Fluminense, estranha doença, que, com grande virulência, passou a dizimar os rebanhos de aves. Um só avicultor perdeu, em quatro dias, nada menos de seiscentos mil frangos. O prejuízo, na região, subiu a algumas dezenas de milhões de aves.

Os órgãos especializados do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Rural, no quilômetro 47 da Via Dutra, foram mobilizados. A epidemia veio a ser debelada, mas depois de baixas de vulto.

As averiguações realizadas apuraram que a epidemia se originara de matrizes doentes, vindas dos Estados Unidos e infiltradas nas granjas da Baixa Fluminense.

Em virtude da dizimação do que havia, os rebanhos de aves tiveram de ser renovados, e o foram, com matrizes desta vez sadias, dos Estados Unidos...

— Outro fato, comprovante de sabotagem norte-americana, é revelado pelo Sr. José Mário Junqueira, Presidente da Associação de Produtores de Gado Nelore, com sede em São Paulo.

Transcrevemos que, a respeito, publicou a "Folha de São Paulo", edição de 1.º do corrente mês, página 18:

— "A febre aftosa está se ampliando no gado brasileiro por causa da campanha do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, dos Estados Unidos, — denunciou ontem o Presidente da Associação dos Produtores de Gado Nelore, José Mário Junqueira —. Segundo ele, a vacina, que os laboratórios de propriedade de empresas multinacionais produzem, entre eles a Rhodia, é totalmente inócua. "Num teste, feito há meses, em Porto Alegre, o resultado foi que 70% das vacinas eram ineficientes". De acordo com José Mário Junqueira, a vacina que era produzida pelo Instituto Biológico (de São Paulo), antes que os laboratórios entrassem no mercado, era muito mais eficiente, mas, "o Centro Pan-Americano fica disseminando a versão de que, no Brasil, a vacina é eficiente, para manter as multinacionais no mercado". Ainda segundo ele, outra

razão que os Estados Unidos teriam para incentivar a incidência da aftosa por meio de vacinas inócuas, seria a concorrência na exportação de reprodutores para países da América Central. Os Estados Unidos não estariam querendo a concorrência, representada pelo gado zebu brasileiro, ao gado Brahma, produzido por eles. "Os Estados Unidos ficam pelo mundo dizendo que nós temos febre aftosa, mas eles agora querem importar 400 animais nossos".

O lavrador e o criador precisam de orientação técnica adequada, a fim de atender às tarefas específicas nos sítios e nas fazendas, e, também, para poderem enfrentar emergências, como as que acabamos de citar.

A orientação técnica deve ser dada por gente que entenda do assunto. Para essa gente entender do assunto, precisa estudar, precisa cursar escola que ensine tais assuntos.

Nunca é demais a louvação ao trabalho que vem sendo desenvolvido, no setor agropecuário, pela ACARPA e pelo IAPAR. Há dedicação e conhecimento. Há vontade de colaborar.

A Fundação Instituto Agrônomo do Paraná funciona em Londrina, com algumas subsedes em outras regiões do Estado. Possui laboratórios e campos experimentais.

A ACARPA está se instalando no interior, com agências que jurisdicionam, ao mesmo tempo, diversos municípios. As áreas jurisdicionadas são extensas, e não há mãos a medir.

Observa-se a escassez de pessoal técnico, para execução das tarefas de assistência e de orientação ao homem do campo. O pessoal do IAPAR e da ACARPA está realizando um milagre de esforço. Ainda assim, é muito pouco.

Temos a registrar o fato de que é incontável o número de jovens desejosos de se consagrarem ao estudo das ciências agrárias. Uns, por vocação; outros, por necessidade, porque com as respectivas famílias tradicionalmente ligadas à terra.

Não encontram facilidade, porém, para a realização desse sonho. Na maior parte dos casos, não existem recursos financeiros para o abandono temporário de tudo no interior, e para a vinda a Curitiba, a fim de se dedicarem os jovens ao estudo.

O acesso ao estudo deve ser prodigalizado no próprio meio rural, em que todos vivem e trabalham. Não haverá, desse modo, solução de continuidade nas lides agropecuárias, e, — o que é mais importante —, essas lides serão consideravelmente enriquecidas pelo cabedal de novos conhecimentos técnicos adquiridos na escola.

O estudo deve ser acessível a quem dele precisa, e não a quem apenas pode frequentar uma escola, por possuir dinheiro. Esse processo de seleção pelo dinheiro é condenável. Não convém a mera distribuição do canudo de doutor, para dar "status" a quem o recebe. O ensino deve estar ao alcance de quem precisa. Quem precisa trabalhar esforça-se em aprender, para ser o melhor do ramo, na luta competitiva que se estabelece.

Com base nos fatos expostos, por saber da carência tecnológica em que se debate o homem rurícola, e por saber da existência, — sobretudo aqui entre nós —, de larga soma de oportunidades aos especialistas em ciências agrárias, iniciamos, neste exato momento, e com grande fé no êxito da empreitada, uma campanha em prol da criação da Universidade Rural do Paraná.

Não ignoramos as tentativas isoladas no sentido de criação de Faculdades de Agronomia em alguns municípios, como não ignoramos a justificada reação da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná a essas tentativas, sob a alegação de que o mercado de trabalho está se estreitando.

Não queremos, em primeiro lugar, que a Universidade Rural seja erigida em grandes centros urbanos, e, sim, em plena zona rural, no contato direto com os multifacetados problemas relacionados com as lides no campo.

Esclarecemos, em segundo lugar, que não vai, em nosso propósito, qualquer diminuição ao importante papel que, há

tantos anos, vem sendo desempenhado pela conceituada Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná, sediada no Bacacheri, nesta Capital.

Contestamos, em terceiro lugar, com o devido respeito, o ponto de vista da Associação dos Engenheiros-Agrônomos do Paraná, segundo o qual o mercado de trabalho se acha saturado. A nosso ver, novos e mais largos horizontes estão se abrindo a todos ante o surgimento de poderosas empresas agropecuárias e ante o fortalecimento salutar das cooperativas de produção e consumo, que se associam, por sua vez, entre si, dentro das Cooperativas Centrais. As fronteiras agrícolas estão se ampliando cada vez mais no país, desde o aproveitamento econômico dos cerrados de Minas, dos campos de Mato Grosso e Goiás e da Amazônia infinita.

Realizamos consultas junto a entidades numerosas, junto a numerosas autoridades e junto a pessoas de alto gabarito técnico. Todos os que consultamos se mostraram entusiasmados com a idéia de criação da Universidade Rural. O entusiasmo e o apoio recebidos nos animaram a deflagrar o movimento.

Se já possuímos a respeitável Escola de Agronomia e Veterinária do Paraná, e se já possuímos a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, isso não constituirá, em absoluto, qualquer empecilho à criação da Universidade Rural.

Sem a decidida vocação agropecuária que a do Paraná, o Estado do Rio de Janeiro se beneficia com a Universidade Rural, do quilômetro 47 da Via Dutra, mantida pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura.

O Estado de São Paulo, com decrescente atividade agrícola, porque descobriu sua vocação industrialista, dispõe da afamada Escola Queiroz Filho, em Pirassununga, e o não menos abalizado Instituto Agrônomo de Campinas.

Estamos demonstrando, com abundância de dados, que o Paraná é um Estado essencialmente agrícola. Por esse motivo, justifica-se a criação, entre nós, da Universidade Rural. Não é luxo, não é ostentação, não é superfluidade. É um imperativo categórico da nossa condição de Estado agrícola, com enorme responsabilidade na exportação de produtos primários e secundários, provindos da agricultura.

Muitas e complexas tarefas caberão à Universidade Rural.

O binômio universidade-empresa é mais atual do que nunca. Contribuirá para o aperfeiçoamento técnico-profissional da mão-de-obra, e, em consequência, o aumento da produtividade e o aprimoramento da produção.

Sabemos que, em uma Universidade, há dois tipos de pesquisas: — o institucional ou acadêmico, e o aplicado. A pesquisa institucional é a pesquisa pela pesquisa, é aquela que realiza as vocações dos pesquisadores, que concretiza o poder intelectual de cada um ou de cada grupo, de cada área. A pesquisa aplicada é aquela dirigida, feita sob encomenda de indústrias, com um determinado fim.

O casamento da pesquisa institucional com a aplicada redundará em benefício geral da comunidade, e pode ensejar descobertas ou inventos.

Para a Universidade Rural, o campo é vastíssimo, sobretudo porque já se criou, no Brasil, uma consciência ecológica, que determina, daqui para o futuro, uma agricultura ecológica, isto é, uma agricultura que não deteriore o meio ambiente, poluindo-o e tornando-o inóspito. Laboratórios e campos experimentais poderão substituir, por exemplo, os perigosos defensivos químicos por agentes biológicos no combate às pragas das lavouras. A genética é outra ciência em franco desenvolvimento, com um elenco enorme de perspectivas. E assim por diante.

Imbuído do mesmo pensamento nosso, de que a Universidade Rural deve ser erigida na zona rural, o Prefeito Koite Dodo, de Assis Chateaubriand, ao engajar-se na campanha, como um dos primeiros e valorosos soldados, se prontificou a fazer doação da área de terreno que seja necessário à instalação e ao funcionamento da Universidade Rural.

Assis Chateaubriand oferece todas as condições ótimas para a existência de estabelecimento de ensino superior dessa natureza. É o pólo de micro-região inteiramente consagrada à agricultura, com vultosa produção de café, arroz, soja, trigo, feijão e milho. Município estrategicamente situado, com todo o conforto de cidade moderna, e sem as distrações negativas dos grandes centros urbanos, pode acolher jovens de todo o Paraná, bem como de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O ensino será ministrado em ambiente tranqüilo e silencioso, no contato direto com a terra e com as lides agrárias.

O gesto simpático e altruísta do Prefeito Koite Dodo deve ser imitado pelo governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e de outros órgãos correlatos, como deve ser imitado pelo governo federal, através do Ministério da Agricultura. A Secretaria de Educação e o Ministério de Educação e Cultura, assim como a Secretaria de Planejamento, ligada à Presidência da República, devem sensibilizar-se igualmente, e devem vir ao encontro da idéia.

Fazemos caloroso apelo a todas as entidades culturais e científicas no sentido de darem apoio à campanha em prol da criação da Universidade Rural. Incluindo nosso apelo a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e a Associação dos Veterinários do Paraná, as cooperativas agrícolas e as empresas agropecuárias de grange porte.

Recursos materiais para o empreendimento existem, desde que haja boa vontade. Ao em vez do esbanjamento de dinheiro com mordomias e com projetos inacabados de tecnocratas visionários, tudo o que for dispendido na criação e no funcionamento da Universidade Rural, em Assis Chateaubriand, terá retorno, com dividendos em progressão geométrica, pelos benefícios que resultarão para o Sudoeste do Estado, para o Paraná e para o Brasil.

Levantaremos o nível técnico dos nossos agricultores e dos nossos pecuaristas. Formaremos tecnologia própria, inteiramente adaptada ao país, sem necessidade de continuarmos a sangrar pelo pagamento de "know-how" importado. Aprimoraremos a nossa produção, e a aumentaremos substancialmente.

Diante da elevação de propósitos que nos anima, e do patriotismo que nos inspirou, temos certeza de que a campanha pró-construção da Universidade Rural encontrará ressonância nesta Casa e no Congresso Nacional, e obterá o inteiro e imprescindível apoio de todos os representantes do povo paranaense, sem que haja, nesse apoio, qualquer conotação política-partidária. Acima de tudo, está o Estado do Paraná.

O povo paranaense tem o direito de aspirar uma Universidade Rural. O Brasil, o grande beneficiado, tem a obrigação de dar a Universidade Rural ao Estado do Paraná.

Requer:

O envio de cópia autêntica do presente pronunciamento às seguintes autoridades:

a) — Presidente da República - Excelentíssimo Sr. João Baptista de Figueiredo.

b) — Ministro da Educação e Cultura — Excelentíssimo Senhor Eduardo Portela.

c) — Ministro da Agricultura — Excelentíssimo Senhor Maurício Stábile.

d) — Ministro do Planejamento — Excelentíssimo Senhor Delfin Neto.

e) — Governador do Estado do Paraná — Excelentíssimo Senhor Ney Braga.

f) — Secretário de Educação e Cultura — Excelentíssimo Senhor Edson Machado de Souza.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1979."

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)**. — Nobre Deputado, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto importante e até fundamen-

tal para o Paraná, que Vossa Excelência traz para discussão.

Efetivamente, quando se fala em dar prioridade à agricultura, quer nos parecer que a medida fundamental, a medida básica e primeira que toda nação que pretenda tornar-se uma potência agrícola deveria adotar, seria a de formar quadros de cientistas, técnicos e homens adestrados no manuseio da agricultura moderna.

Sem entrar propriamente no mérito do ensino comum dos melhores investimentos que toda a sociedade pode fazer, no caso brasileiro acredito que a Universidade Rural, pretensão que Vossa Excelência traz, hoje, à Casa, deveria ser uma medida governamental já adotada.

E, principalmente o Paraná que tem se constituído verdadeiramente no celeiro desta Nação, se ressentido, hoje, de uma orientação cientificamente mais aprimorada e, tecnicamente mais adequada.

Está aí, nas próprias medidas do Governo, anunciadas na última semana, que a agricultura sofrerá o corte dos juros subsidiados.

Ora, nobre Deputado, todos sabem que se os juros subsidiados até agora existiram, foi porque, efetivamente, eles eram necessário. A justificativa de que eles devem ser cortados porque o Governo não encontra meios de exercer uma fiscalização rígida que, realmente, compatibilize os destinos destas verbas governamentais, destes subsídios, não pode prevalecer.

E a Universidade Rural estaria criando, além do preparo de homens especializados, estaria criando, no seio de nossa sociedade, uma consciência realmente agrícola.

Portanto, me parabeno com Vossa Excelência que traz essa idéia a ser discutida, e acredito de que não há argumentação contrária que se possa levantar, no sentido de que seja implantado no interior do Paraná, efetivamente no meio agrícola do Paraná, uma Universidade Rural, porque a prática demonstrou que, não só o Paraná necessita deste ramo, vamos dizer assim, deste setor do conhecimento humano, deste aprimoramento do conhecimento humano mas, principalmente, para que se forme no Brasil, uma consciência agrícola para que o homem do campo não só seja valorizado, mas para que tome consciência de que, do trato da terra está a verdadeira independência do Brasil e o futuro da própria humanidade!

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Deputado, eu gostaria apenas de dizer, para concluir o meu modesto pronunciamento, que, o aparte do nobre Deputado Líder do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, veio fechar com chave de ouro, o nosso trabalho.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. **(Lê)**:

"A criação de mais um núcleo regional da Secretaria da Agricultura para atender o sudoeste paranaense mostra mais uma vez a sensibilidade da Pasta da Produção ao tratar dos problemas agrícolas de nosso Estado. De fato aquela região, que vem apresentando um espetacular índice de crescimento, necessita de uma assistência técnica mais efetiva e de um apoio mais decisivo do Governo para continuar crescendo sobre bases sólidas.

Refiro-me ao recém-criado Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em Francisco Beltrão, uma espécie de "mini-Secretaria" de Estado e que trará, indubitavelmente muitos benefícios para os produtores rurais do sudoeste.

Descentralizando as ações do setor público agrícola, o Núcleo Regional permite uma maior interiorização dos serviços da Pasta, levando o amparo e a proteção, exatamente onde se

encontra o agricultor ou seja, aquele que promove o desenvolvimento do principal segmento de nossa economia.

O décimo-sexto núcleo regional que a Secretaria da Agricultura cria no Paraná vai atender uma região, onde a figura do pequeno agricultor e do minifúndio aparecem com destaque. Este tipo de cliente é na realidade quem mais necessita dos serviços oferecidos pela Pasta da Produção, já que o acesso às novas técnicas torna-se uma caminhada íngreme, em virtude da condição sócio-econômica e principalmente pela falta de assistência aos nossos pequenos agricultores.

Assim, capitalizá-los, dando-lhes melhores condições de vida, só é possível através de um aumento de produção, via aumento de produtividade; o que está, intimamente ligado ao advento de nova tecnologia. O Núcleo Regional de Francisco Beltrão, aliado aos de Pato Branco e Cascavel, objetiva, basicamente, assistir o produtor rural, do oeste e sudoeste paranaense, em sua maioria de pequeno porte, e carentes de recursos financeiros.

Na realidade — volto a afirmar — a Secretaria da Agricultura deu provas mais uma vez de que conhece efetivamente a real situação de nossa agropecuária, ao atender antiga reivindicação do povo de Francisco Beltrão e municípios vizinhos dotando a região de melhores condições para promover um desenvolvimento ainda maior do setor agrícola.

O Núcleo de Francisco Beltrão vai atender os municípios de Ampère, Barracão, Capanema, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Marmeleiro, Pérola do Oeste, Planalto, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste e Santo Antônio do Sudoeste. Reparte dessa forma com o Núcleo de Pato Branco e Cascavel, a árdua tarefa de assistir e atender a todos os reclamos dos produtores da região oeste e, sudoeste do Paraná.

Reunindo quinze municípios para uma área de sete mil e duzentos e trinta e nove quilômetros quadrados, onde habitam aproximadamente 500.000 pessoas, o Núcleo de Francisco Beltrão cresce a cada dia em importância para a economia do Estado. Possui o maior rebanho suínico do Estado com 925.330 cabeças, representando quase 20% do total e explorada em escala comercial a avicultura e bovinocultura. Produziu na safra 77/78, cerca de 485 mil toneladas de milho; 246 mil toneladas de soja; quase 300 mil toneladas de mandioca; 57 mil toneladas de feijão; 27 mil toneladas de arroz; 25 mil toneladas de trigo; entre outros produtos agrícolas.

Nobres Deputados:

Quero pois deixar aqui em nome do povo daquela região, o nosso preito de reconhecimento ao trabalho inteligente, consciente e destacado do Deputado Federal Reinhold Stephanes, Secretário de Estado da Agricultura. Ele que com habilidade, e discernimento dirige uma das mais importantes Pastas do Governo Ney Braga. O sudoeste terá na verdade um grande impulso com a criação do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura em Francisco Beltrão.

Entretanto — nobres Deputados — se por um lado mostramos nossa satisfação ao registrar o esforço do Governo do Estado para promover o incremento da agricultura, por outro somos obrigados a admitir sua impotência diante de um dos mais sérios obstáculos que o Paraná enfrenta. Trata-se da erosão do solo, cujas consequências não se circunscrevem aos limites territoriais do Estado, mas estendem-se a toda a economia nacional.

Mesmo considerando todo o esforço no sentido de minimizar os efeitos deste terrível fenômeno é certo porém que muita coisa ainda deve ser feita. A falta de recursos, principalmente da esfera federal é um dos mais sérios pontos de estrangulamento que devem ser rompidos a curto espaço de tempo, sob pena do Paraná perder uma de suas maiores riquezas — a fertilidade do solo.

O problema é tão grave que chega a assustar. Basta dizer que as pesquisas têm constatado uma redução anual média de

um centímetro da camada do solo agricultável. Isto significa, conforme medições efetuadas no Rio Paraná, 11,5 milhões de toneladas por ano de sólidos transportados. Além do empobrecimento do solo agrícola, diminuindo conseqüentemente os índices de produtividade, este problema coloca em risco o sucesso de hidrelétricas, como a de Itaipu, em conseqüência do assoreamento das represas construídas à jusante.

Segundo os estudiosos, uma solução deve ser encontrada imediatamente, uma vez que daqui a 23 anos, no ano 2003, os prejuízos da erosão serão tão angustiantes e grandes que as áreas afetadas não mais poderão ser recuperadas, ficando irremediavelmente perdidas. No noroeste paranaense, por exemplo, onde o problema é mais grave, há 15 anos atrás, o lençol hidrostático estava situado a uma profundidade máxima de 200 centímetros, ao passo que hoje, a profundidade é sempre superior a dois mil centímetros. A cobertura florestal atingia 90% da área da região, enquanto que atualmente não chega a dois por cento. Estes fatos tiveram interferência negativa na agricultura da região, deixando os produtores e autoridades cada vez mais apreensivos e assustados.

Agora que o problema toma dimensões alarmantes e uma solução tem que ser encontrada imediatamente, denúncias partem de todos os setores. Inclui-se na Câmara Federal a questão é amplamente debatida. No entanto — nobres Deputados — se não houver uma maior participação do Governo Federal — aqui fica o meu apelo — principalmente na alocação de recursos financeiros, já que o Estado, apesar dos programas específicos em conservação de solos e combate a erosão, não dispõe de meios para resolver a questão, a erosão pode destruir a agricultura do Paraná. Sabemos, no entanto que a União retém da arrecadação tributária cerca de 3,5 vezes a parcela atribuída ao Estado e é nesse sentido que pedimos maior cobertura financeira para o combate da erosão em território paranaense.

Sem recursos, entretanto, torna-se infrutífero todo o esforço do setor público agrícola, no Paraná comandado pelo Secretário Reinhold Stephanes, da Agricultura, segundo diretrizes do Governo Ney Braga. Vamos voltar os nossos olhos para esta questão e dar provas de nossa sensibilidade controlando a erosão do solo do Paraná, antes que seja tarde demais. Espero sinceramente que este apelo tenha a necessária acolhida da esfera federal; caso contrário, perderá o Paraná sua maior riqueza.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 144/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, objetivando a melhoria técnica de funcionamento da Rádio Estadual do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 146/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam

desenvolvimento do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 140/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de DIAMANTE DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 139/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate à erosão previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 132/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano, no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 127/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 124/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ARARUNA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/79, de autoria da C.C.J., Mens. Govern. n.º 109/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 97/79), que aprova Termo de Alteração Parcial ao Convênio n.º 12/76, celebrado entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência de Controle da Erosão no Paraná, cujos objetivos específicos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em

regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 150/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de LONDRINA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na cidade de mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 149/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado, através de órgãos que especifica e o Município de LONDRINA, objetivando a implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros na cidade do mesmo nome. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 148/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ITAGUAJÉ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 147/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio FNDU 37/78, celebrado entre o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de Foz do Iguaçu, com a intervenção de órgãos que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 151/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 145/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 153/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de UNIFLOR, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano, no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 154/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA INÊS, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 155/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ARA-PONGAS, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná.

Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 158/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TAPEJARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 160/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ATALAIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 161/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GUAI-RACÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 162/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 163/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 164/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de FLORAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 165/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 166/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.

Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 175/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 164/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 156/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de XAMBRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 165/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 157/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA ROXA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano, no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 166/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 159/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 167/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 167/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GOIO ERÊ, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 168/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 168/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 169/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 169/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ASTORGA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 170/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 171/79), que aprova con-

vênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 171/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 172/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio FNDU 39/78, celebrado entre o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a realização de obras públicas nos municípios a que se refere. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 172/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 173/79), que aprova Termo de Renovação do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de CURITIBA, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a execução de projetos, obras e serviços urbanos na região metropolitana de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 173/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 174/79), que aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CAMPO LARGO, que com a interveniência e participação de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 174/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 178/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de GUARACI, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e visa melhorias no setor da Habitação e Urbanismo do Município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 175/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 179/79), que aprova Termo Aditivo número 01 ao convênio número 24/78, celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva proporcionar estudo sub-Regional do Oeste do Paraná, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 176/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 177/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e os Municípios de Araucária, Colombo, Piraquara e Quatro Barras, para fins que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Dequech. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gregório Czesanoski. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. João de Oliveira Pires e Amador Rodrigues, ocorrido no Município de Mariópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Miron Müller. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do referido Banco, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Divisão de Estudos e Planejamento Jurídico do Ministério da Justiça, encarecendo instalação de Junta de Trabalho, no Município de Nova Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo a construção de módulos esportivos no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção, Professores, Alunos e Funcionários da antiga Escola Técnica Federal do Paraná, pela passagem do 70º aniversário de fundação da referida instituição de ensino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento feito, em data de hoje, a diversas autoridades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

3 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151 e 152/79.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176/79.

Levanta-se a sessão.